

2

Espaço e poder

2.1

Foucault e o poder

O sentido do poder em Foucault encontra-se ligado à materialidade, à presença física do dominador. Para o autor, não existe nada mais material, físico e corporal do que o exercício do poder.

Ele se estrutura por meio de relações de força porém, não está somente ligado à repressão, ao viés negativo, à sua força destrutiva. Ao contrário, ele organiza, disciplina, orienta, produz e difunde conhecimento, o saber: o que faz com que ele se mantenha e seja aceito pelos homens.

O poder é uma espécie de troca imposta. O que lhe interessa não é restringir aos homens a sociabilidade, o exercício de cidadania e atividades pessoais, mas administrar suas vidas, controlá-los para melhor aproveitar sua força de trabalho e diminuir a capacidade de revolta e resistência.

O poder disciplinar é produtor de individualidade. Ele quer tornar o homem um corpo dócil, livre de questionamentos e, principalmente, produtivo. O ideal deste modelo de poder são as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX, cujo ápice se dá no início do século XX (Foucault, 1976).

Não há um único poder, ou “o” poder, e sim relações de poder, que atingem o indivíduo nos seus gestos, atitudes, hábitos, comportamentos, discursos, penetrando no cotidiano do corpo social.

Ele só existe em ação: é uma sucessão de práticas. Não emana, tampouco se localiza em algum lugar. Suas relações estão, talvez, entre as coisas mais escondidas no corpo social (Foucault, 1988: 237).

A partir dos séculos XVII e XVIII ocorreu um “desbloqueio tecnológico” da produtividade do poder. Instaurou-se uma nova “economia” do poder. Suas

técnicas foram inventadas para responder às exigências da produção (Foucault, 1988: 223).

Assim como os media, são comandados pelo jogo econômico-político, o jornalismo do século XIX consegue traduzir o caráter utópico da política do olhar (Foucault, 1988: 224).

Os reformadores do século XVIII deram à opinião um autoridade considerável, ao acreditar que as pessoas tornar-se-iam virtuosas simplesmente pelo fato de serem olhadas. Ignoraram os componentes materiais e econômicos da opinião.

“Eles desconheciam as condições reais da opinião, as media, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois cinema e televisão” (Foucault, 1988: 224).

O que o autor chama de “economicismo” na teoria do poder, é a amálgama entre a concepção jurídica ou liberal do poder político (dos filósofos do século XVIII) e a concepção marxista, ou chamada marxista.

No primeiro caso, o poder é algo concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política.

Já a concepção marxista trata da sua funcionalidade econômica: seria seu papel manter as relações de produção e reproduzir uma dominação de classe (Foucault, 1988: 174).

A análise não econômica afirma que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. Ele não é manutenção ou reprodução das relações econômicas, e sim, a própria relação de força: “se exercer(á) pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo. É assim que cada indivíduo se autovigia : por sentir este olhar oculto (Foucault, 1988: 216-218).

Os questionamentos do pensador refletem-se em perguntas, quanto aos dispositivos de poder que se exercem em níveis, domínios e extensões tão variados na sociedade, e também quanto ao seu funcionamento e direção.

Foucault já sabia que a sociedade da disciplina, cujo princípio é o confinamento e na qual o poder era exercido pela repressão “consentida”, seria ultrapassada com o avanço tecnológico, assim como ocorreu na passagem da sociedade de soberania para a disciplinar.

Após o fim da Segunda Grande Guerra, aquela disciplina é mesmo atualizada e absorvida pelo desenvolvimento das técnicas, dando lugar a novas formas de poder.

Também o pensamento foucaultiano funda as idéias de Deleuze quanto à sociedade do controle. Nesta, o princípio está nas senhas individuais que permitem, ou não, o acesso à informação: “É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que serviam de medida padrão – ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações [...]”, à rivalidade incessante, tanto que a fábrica da sociedade disciplinar aglutinava os indivíduos em um único corpo, já as empresas contrapõem os indivíduos entre si, ao passo que os divide em si mesmos.

“Não se está mais diante do par massa – indivíduo [estes] tornam-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornam-se amostras, dados, mercados ou “bancos” (Deleuze, 1992: 221-222).

O poder se impõe por meio da normatização que, por sua vez, atua a partir de um conjunto de regras sociais a serem seguidas, visando à homogeneização e conformação de todos os participantes de uma mesma sociedade, estabelecendo padrões de pensamento, valores e atitudes.

Porém, este mesmo poder não pode ser definido como sendo um coisa tipicamente nefasta, coerciva, cristalizada seja em um pessoa ou em um grupo delas. Da mesma forma, as relações relativas ao poder não são centralizadas, repressiva se proibitivas.

Segundo os postulados de Foucault, esse poder é compreendido como sendo algo móvel e fluido, disseminado, circulante, capilar, assim como produtivo.

Numa zona central a isso, onde se localizam os processos inerentes à construção do indivíduo no que tange a sua formação como agente, mas também como objeto, tanto de poder como de saber, se encontra o exame.

E o poder, como não poderia deixar de ser, está, assim como o controle, associado ao controle das tecnologias, principalmente a partir do século XX.

Nesse sentido, o trabalho de Willian Bogard (1996) explora a percepção do controle dessas tecnologias contemporâneas. O autor elabora críticas sobre um cenário, onde o controle rompe liberdades e impõe limites, um imaginário de percepções não mediadas, cujos efeitos marcham em direção à suposta conversão de objetos, eventos e pessoas em informação.

A simulação está começando a ser usada como um recurso de vigilância das autoridades, capacitando formas de controle mais eficientes.

Dentro da classificação dos pensadores das tecnologias e do ciberespaço, Bogard se enquadra no campo dos tecnofóbos: aqueles que vêem na tecnologia a degradação humana, uma armadilha para a humanidade e para a cultura.

Baseado em Foucault, Bogard analisa a sociedade de controle, a crescente vigilância individual e conseqüente ausência de privacidade. Para ele, o que marca a emergência da sociedade de vigilância são, justamente, as tecnologias digitais.

Bogard analisa algumas relações entre a vigilância e as técnicas de simulação e suas conseqüências, no fluxo do controle nas sociedades telemáticas. Entende que nada escapa à vigilância, uma vez que tudo é simulação. É o que ele chama de “ficção científica social”. A vigilância já é uma tecnologia social do poder.

A simulação é uma tecnologia que reproduz o real, que se encontra em crise e ameaça desaparecer (Foucault, da mesma forma, via a crise pela qual passava a disciplina). Ela não está meramente ligada à ilusão, assim como também a simulação da vigilância não é uma ilusão.

Vai além disso. Funciona tal qual o panóptico da sociedade disciplinar, como uma autovigilância autodisciplinar. È a mais alta realidade, mais real do que o real (Bogard, 1996: 20).

Sobre o controle da vida, Bogard lembra novamente Foucault e suas formas de bio-poder: a vigilância é a primeira estratégia. Ela gera a disciplina do corpo, organiza as ações, controla a produção e até mesmo a reprodução humana (Bogard, 1996: 41).

A vigilância não é mera observação, mas interferência: nas quebras e nos fluxos do “organismo” observado. A simulação da vigilância é, no limite, a repetição avançada ou adiantada do registro; é pura repetição (Bogard, 1996: 44); e com o “apagamento” das distâncias, ela dilata-se.

Com a hipervigilância, o espaço e tempo do trabalho são liberados, somente em virtude de sua capacidade de monitorar tarefas instantâneas e continuamente, em infinitas distâncias.

È uma contínua invasão de privacidade, tanto em cãs quanto no trabalho. Nada do que você faça estando “on line” passa despercebido pela sociedade ou instituições de controle. É o poder se exercendo sobre o indivíduo a todo instante.

Privacidade, na era moderna, para Bogard, está no direito a uma personalidade inviolável, que se torna pública quando o limite entre observador e observado é rompido pelas tecnologias de vigilância.

Já na era da revolução tecnocomunicacional e do hipercontrole e acesso à informação (tal qual na sociedade de controle teorizada por Deleuze). Na contemporânea lei de privacidade, acesso também a pessoas, suas vidas privadas, seus segredos e aos códigos (senhas) que governam suas interpretações.

Bogard reconhece a grande exposição, da qual somos vítimas e/ou executores, especificamente, nos momentos em que estamos “on”.

O sociólogo ressalta a questão atual do privado, referindo-se a inúmeras informações particulares, disponíveis àqueles cujos recursos permitem o acesso: boletins médicos do indivíduo, mapeamento genético, para verificar predisposição a doenças, por exemplo, registro de transações financeiras e históricos de créditos, sem falar, é claro, da transparência do cotidiano, como locais freqüentados, esporte e entretenimento de maior interesse, produtos adquiridos, enfim, gostos e preferências pessoais.

Vê-se que o teórico aproxima-se muito das concepções foucaultianas. Ambos discutem a vigilância e a privacidade, seguindo os mesmo moldes: primeiro, vendo nas tecnologias o fundamento destas práticas; depois reconhecendo que a vigilância não é somente observação; ela também influencia o corpo observado, modificando seus fluxos e conduzindo muitas de suas ações.

A questão do poder em Bogard, é vista como intrínseca a hipervigilância social (coletiva) e individual. Assim como em Foucault, para ele a vigilância é um instrumento do poder. Bogard entende que simulação e vigilância são formas de controle utilizadas por autoridades (governos) e principalmente pelo diversificado mercado capitalista.

À luz destas compreensões, Diana Saco (2000:64) e Shapiro (1999: 111), nos dão uma visão menos tecnófoba sobre os mesmos pontos: poder, vigilância e privacidade. Ressalta-se, porém, que Saco não é propriamente uma tecnófila.

Os utopistas, seguidores dessa linha, crêem que a tecnologia revoluciona positivamente a sociedade e pode resolver seus problemas.

È um pensamento tecnicista, um determinismo ou fetichismo tecnológico que nos parece insuficiente e restrito. Saco não segue este raciocínio, mas, ao mesmo tempo, distancia-se da visão tecnófoba dos neo-ludditas, como William Bogard e, cujo discurso centra-se nos problemas descendentes das modernas tecnologias.

Para os tecnorealistas, como parece ser o caso dela, esse é outro julgamento ingênuo e radical. A técnica é tudo, menos neutra! Os benefícios e prejuízo da tecnologia são revelados com ela, e não apenas veiculados por ela.

Além disso, o elemento tecnológico necessita do conhecimento humano, incluindo uma dimensão simbólica. A técnica é algo humano. A essência do homem é técnica. Ambos estão imbricados. O humano envolve subjetividade, fantasia, o não racional, enfim, um pensamento tecnológico, um imaginário tecnológico.

Saco concorda com Foucault em pontos como a visibilidade do corpo, por exemplo, e diverge no que tange à prática e às características do discurso. Foucault acredita que palavras, linguagens e idéias são sinônimas ao discurso, por

contraste, coisas, práticas, o físico, o material, o não lingüístico são instâncias do não discurso. Segundo ela, Foucault entende que o discurso envolve um processo de negação (Saco, 2000: 13)

Nos pressupostos do ideólogo da sociedade disciplinar, as práticas sociais não se caracterizam como discurso, apenas as palavras e as idéias.

A moderna identidade do público é uma construção mediada (Saco, 2000: 64). Então, resta saber , como a tecnologia contribui para a construção de novos tipos de espaços e identidades (Saco, 2000: 37).

A análise da autora considera o ciberespaço como um espaço social, que traz consigo um incomensurável fenômeno, além de “implicações heterotópicas” do espaço físico em torno de si. A mistura entre o institucional e individual “linkados” na rede, do global e do local em conexão, cria contradições ao mesmo tempo positivas, como por exemplo, para o ativismo democrático, e negativas para as novas formas de controle e vigilância governamental.

Também a ambigüidade existente entre visibilidade/invisibilidade ou vigilância/privacidade da democracia cidadã tem engendrado diferentes políticas, como é o caso da reespacialização do ciberespaço (Saco, 2000: 27).

Saco vê a relevância dos estudos de Foucault e propõe que “Vigiar e Punir” e “O nascimento da clínica” sejam repensados, pois nos permitem refletir sobre a extrema visibilidade ou espetacularização do corpo, que parece ressurgir com o avanço tecnológico.

Para ela, esta visibilidade, agora digitalizada, é uma violência em si mesma: a violência do olhar. (Saco, 2000: 195)

Mark Pôster, é outro pensador contemporâneo que entende o corpo transformado em bits como meio de informação (Pôster, 1990: 94) infinitamente reproduzível, extremamente durável e facilmente disponível. Ele vê a máquina não como um instrumento do homem, mas como seu sucessor (o além homem de Nietzsche).

A interface seria a zona limite entre máquina e homem , entre o que está conectado e o humano, entre dois mundos estranhos entre si, porém simbióticos: o

cibernético e o humano. O problema é que, deste modo, ambos começam a reivindicar sua própria realidade.

Saco crê serem estes os traços da moderna sociedade disciplinar: “técnicas produtivas de liberdade e controle social que incluem, em sua base, tecnologias de comunicação para a produção, reprodução e disseminação do conhecimento disciplinar” (Saco, 2000: 19).

Foucault refletia as relações de poder, tendo o panóptico como identificação, em relação ao domínio e à vigilância. A visibilidade do corpo atuava, então, como técnica disciplinar. Hoje, os circuitos de comunicação são de suma importância no que tange à questão da vigilância.

Assim como o panóptico, a Internet é uma tecnologia avançada no que se refere à invasão de privacidade. Porém, o ciberespaço, como na visão de Foucault, não é como um espaço qualquer, e sim, uma “heterotopia”.

Entretanto, o termo de Foucault parece remeter a uma dicotomia: por um lado, seria um contra-lugar, onde encontramos uma diversidade positiva, que contraria o “status quo”; por outro, se parece muito a uma desordem, a um caos que não produz, no qual não há uma possibilidade de se diferenciar determinadas coisas.

Diana Saco, por sua vez, tenta mostrar que o espaço virtual não é apenas físico, mas também mental e vivido; é um conjunto de componentes combinados; é um outro espaço, um contra-espaço de relações, interações, ações ou contra-ações; relações também entre espaços, palavras e coisas; é, nos termos de Foucault, uma “heterotopia”.

Para eles, as tecnologias são mecanismos de vigilância e disciplina do corpo.

Há uma constante vigilância “on line” e rastreamento de imagens e dados, iniciados pelo governo norte-americano, sob o propósito da segurança nacional. Mensagens e telegramas que contêm determinadas palavras, frases, nomes, locais, remetentes, destinatários ou outras combinações, são rastreados por softwares (Saco, 2000: 110).

Pôster, fundamentado na crítica de Foucault, denomina este esquema de vigilância como um superpanóptico, no qual não há barreiras físicas, nem centralização geográfica. Requer, porém, uma categorização de atitudes humanas, conhecimento, testes, afiliações e status pessoais.

Isso, obviamente, exclui a subjetividade, fazendo com que as informações coletadas em bancos de dados digam quem nos somos (Saco, 2000: 113).

Esta vigilância disponibiliza todas as ferramentas para a invasão de privacidade: monitoramento de dados e imagens, distribuição de informações coletadas por uma gama de pessoas interessadas; usurpação de dados para possíveis atividades ilícitas; vigilância pelo cartão de crédito e roubo de dados, etc.

A declaração de privacidade nos sites (uma espécie de retratação com o visitante por estar invadindo sua privacidade) é, ela mesma, um efeito do debate da decodificação e da preocupação com a maneira pela qual a tecnologia computacional deve ser usada, secretamente, para coletar informações sobre usuários da Internet.

Os oponentes ao programa de vigilância e decodificação de mensagens do governo, crêem que a proteção da privacidade individual promove a democracia, mas a política do sigilo, na economia, abre possibilidades à corrupção, devido ao anonimato das transações financeiras eletrônicas.

Além disso, há a preocupação governamental em não conseguir arrecadar os tributos.

Em suma, há uma ambigüidade no processo de “reespacialização” do ciberespaço, de codificação e decodificação de mensagens, de privacidade e vigilância.

Como Foucault e Bogard, Diana Saco percebe o homem como sujeito de informação, centro e objeto da vigilância tecnológica. Ambos consideram a extrema visibilidade como uma armadilha, uma ambigüidade também do ciberespaço.

Tanto os internos das prisões e hospícios do século XVIII, quanto os cibernautas, são objeto de informação e não sujeito da comunicação. Aqui,

parece-nos, também, que as premissas de Foucault se adaptam às relações sociais no ciberespaço.

Somos todos livres internos, ou “livres prisioneiros”. São os exercícios e as relações de poder em funcionamento.

Para nós, Saco consegue produzir uma crítica coerente e menos apaixonada do que a de Bogard, por exemplo, acerca do mundo tecnológico, do poder e da vigilância no ciberespaço.

Suas idéias referentes às duas últimas questões assemelham-se as de Foucault, contudo não reconhece, unicamente, o lado lesivo das tecnologias, Saco parece deslocar-se da análise foucaultiana, no que tange ao tema do espaço, da materialidade, do discurso e da democracia.

Seguindo esses quatro pontos, seu discurso apoiar-se-ia mais no pensamento de Hannah Arendt e Jürgen Habermas; no entanto, não é este o lugar par mostrá-lo.

Restringindo-nos à colocação da idéia, seguimos a discussão agora trazendo as perspectivas levantadas por Andrew Shapiro que, assim como Saco, apresenta-se como um tecnorealista, portanto nem fáustico, nem prometeico.

Ele consegue visualizar as deficiências da técnica tanto quanto a liberdade que ela pode trazer aos homens. Não vê a tecnologia em termos de causa e efeito, mas como um campo de interação entre técnicas e relações sociais, uma moldando a outra.

Shapiro argumenta que as novas tecnologias permitem a transferência de poder do setor público para privado (tal como Habermas pensou em relação à esfera pública burguesa e a esfera social). Dentre outras coisas, entretanto, isso mostra como a Internet pode induzir-nos a abandonar a deliberação, peça central no processo de representatividade democrática (Shapiro, 1999: 10).

O problema é que, dessa forma, as relações sociais também se extinguirão e, com isso, as trocas de conhecimento, a empatia, os encontros casuais, descobertas inusitadas e outras interações humanas.

A Net pode ser usada por governos, empregadores e usuários, para selecionar que material será recebido pelos indivíduos. Além disso, os internautas também selecionam os conteúdos a que serão expostos.

Os critérios de censura e bloqueio ficam a cargo do próprio usuário. Isso é um modo de personalização, um nível de controle pessoal das experiências.

Shapiro, entretanto, pensa que este controle pessoal pode ser uma desvantagem quando mal usado, à medida que restringe os horizontes de que controla. Uma experiência não pode ou não deve ofuscar outra (Shapiro, 1999: 111).

As trocas de poder da revolução do controle podem beneficiar alguns indivíduos mais que outros. É preciso abrir, diz o autor, o diálogo e a formação de fóruns específicos de discursos, tanto quanto os encontros casuais, incluindo aí o caos cotidiano, os espaços públicos semelhantes às esquinas ou pontos de encontro virtuais (Shapiro, 1999: 205).

Na visão de Shapiro, o indivíduo passa, aparentemente, a dominar sua própria vida: desde ações corriqueiras a transações financeiras de grande porte. A mudança está no controle das decisões. Quem escolhe que notícia ler, que veículos de comunicação ver e ouvir, e a quem dar credibilidade, porém, não são os cidadãos.

As instituições têm agora, a possibilidade de barrar pessoas e informações, eximir-se, também como espectador, dos protestos, crimes e violência contra os direitos humanos, filtrando a miséria, a guerra, a dor que permeia a vida e os noticiários ao redor do mundo.

É absolutamente possível alienar-se à realidade externa, mesmo estando conectado à rede mundial de computadores.

Se a Internet passa a ser a lente da vida (Shapiro, 1999: 88) então, fica claro para nós, é uma lente ou janela com alta capacidade de seleção.

A excessiva personalização das experiências desencadeia um processo de alienação, ao permitir o distanciamento do cidadão, quanto às questões sociais. Não compartilhar informações e desconhecer os gritos periféricos, pode impedir o acesso de grupos ao diálogo comum.

A total liberdade de seleção priva àquelas vozes marginais da mínima oportunidade de entrar no tradicional fórum público, e isso contribui para a manutenção do “status quo”, no que tange a discursos ou ideologias, quanto ao controle do mercado por grandes empresas.

A interação é um conceito precípuo à democracia. Excessivamente ignorado, o livre discurso perder-se-á no ciberespaço. Vendo isso, parece-nos o momento adequado para perguntar se, na realidade em que vivemos, há liberdade de discurso e de escolha ou somente demagogia de uma democracia que aparenta estar fragilizada?

À democracia cabe assegurar que os cidadãos possam interagir e escutar as reivindicações, denúncias, protestos, antes de, automaticamente, filtrá-los de sua vida.

Neste ponto, Shapiro lembra a importância da deliberação cidadã nas matérias em votação. Entretanto, ressalta que tal tarefa é incompatível com o tempo, a energia, conhecimento, habilidade, responsabilidade e imparcialidade dos cidadãos.

De volta à questão da vigilância, estima-se que metade dos americanos esteja perfilada em, ao menos, vinte e cinco softwares de base de dados (Shapiro, 1999: 259).

Informações como telefone e endereço residencial estão facilmente disponíveis na Net. Lembramos a premissa de Foucault segundo a qual, sem conhecer as peculiaridades de uma pessoa, é impossível controlá-la: isso explica o porquê de tantos perfis.

Como percebemos, as premissas de Foucault podem ser confrontadas com as dos três teóricos aqui citados, no que se refere ao poder. Bogard e Foucault vêem a vigilância (não o poder) somente por seu viés negativo.

Para eles as tecnologias são apenas ferramentas do poder, utilizadas para suprimir liberdades e impor limites aos cidadãos. Aqui falamos em tecnologias do poder e não nas relações do poder. Estas, como vimos em Foucault, tanto reprimem quanto produzem saber e conhecimento.

Saco e Shapiro, por sua vez, encarnam um pensamento tecnorealista, mas não negam, pelo contrário, essa última idéia. Para eles, nas tecnologias da informação também se desenvolvem potenciais emancipatórios em termos de saber e liberdade. Discordam, porém, de Bogard e Foucault, quanto a tecnofobia destes.

Permite-se visualizar o manancial de oportunidades oferecidas aos indivíduos e às relações sociais com o acelerado avanço da tecnologia comunicacional: contudo, ambos constatarem e reconhecem o perigo das excessivas vigilâncias e personalização nas sociedades atuais.

Para melhor compreendermos a relação dessas sociedades atuais com o avanço ou produção tecnológicas e suas implicações sobre o poder e a vigilância, torna-se necessário, visualizar como isso ocorre no espaço.

E, para tanto, faz-se mister que se produza, a priori, uma reflexão sobre o conceitual do que venha a ser esse espaço.

Reflexão esta, que será feita a seguir.

2.2

Espaço: conceito social

Conceitualmente, já existem várias tentativas de se quebrar a hegemonia dos paradigmas de espaço da cidade industrial modernista, que ainda dominam as noções de cidade, do território urbano, regional e nacional.

Em termos gerais, estas novas tentativas representam um avanço na compreensão das características do espaço contemporâneo. Grande parte dos novos conceitos sugerem a superação da visão que trata o espaço como uma simples e asséptica porção física da vida urbana, propondo que este seja visto como um imbricado e heterogêneo ambiente de interações econômicas, políticas e culturais.

Segundo essa visão, o espaço se auto-organiza, reconstituindo-se conforme certos arranjos e redes de interação físicas e sociais.

Um dos mais significantes avanços recentes da noção de espaço, talvez seja a inclusão de aspectos sociais / culturais na construção e organização dos lugares. Segundo estas noções, o espaço não pode ser analisado ou compreendido como uma simples entidade física, separado do tempo histórico e, conseqüentemente, separado de aspectos sociais de comunidades locais e da sociedade como um todo.

Dessa maneira, o meio urbano atual parece funcionar como um espaço simbólico, onde os elementos de outros períodos da história urbana convivem e integram com novos elementos das TIC¹, em um processo de atualização do próprio espaço (Santos, 1997: 74).

Uma conseqüente implicação das idéias de um espaço complexo e social, é a inter-relação que se faz deste com o tempo. Já que o espaço é visto como um meio complexo interagindo dialeticamente com diversos contextos sociais, o tempo histórico se torna particularmente importante. Esta relação complementa o papel atual das TIC na “diminuição” das distâncias e na relativização do tempo em função do espaço e de redes de comunicação. Isto levanta a idéia de uma fusão entre espaço e tempo, presente nos conceitos de espaço-tempo e hiperespaço.

Estas noções de espaço e tempo caminham para a mesma direção, isto é, representam um desafio à idéia Euclidiana de espaço linear, de conceitos cartesianos puramente físicos.

Segundo esses conceitos, o espaço não é mais que um “palco” asséptico e imparcial para as interações humanas e a vida urbana. Mas estes conceitos falham em não considerar que o “palco” interage com a vida urbana e com o tempo, em um processo dialético complexo de auto-construção e auto-reconstrução segundo diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais.

A associação entre espaço e sociedade é um passo fundamental se desejamos entender as relações entre espaço e os elementos que o contem e estão contidos por ele.

As tecnologias, por exemplo, são um dos elementos que são parte de um processo de construção sócio-técnica. O que se pode aprender desta associação, é

¹Tecnologia da Informação e Comunicação.

que a única maneira de se entender o trinômio espaço-tempo-tecnologia é através da compreensão de suas relações políticas e sociais, assim como sua realidade física e territorial.

Além disso, novos conceitos de espaço e tempo afetam diretamente a maneira como entendemos e interpretamos a cidade e o urbano, com importantes conseqüências para idéias pré-estabelecidas de região e estado nacional. Contrastando com as idéias de uma cidade aterritorial, de espaço sem fronteiras, e de cidades virtuais, estes conceitos territoriais de delimitação (regiões, estados, etc.) parecem sobreviver apenas para manter a ordem das convenções políticas e administrativas.

Existem outros conceitos inovadores em que a cidade é desafiada por idéias que consideram o espaço urbano contemporâneo completamente “sem limites” e aterritorial, estimulando novas maneiras de se pensar e agir sobre a cidade.

Entretanto, mais importante que estabelecer um único nome ou conceito para o espaço e/ou a cidade contemporânea, é reconhecer que novos elementos e aspectos fazem parte da configuração do espaço urbano. Para atuar e agir sobre este espaço, precisamos compreender as “novas regras”, os novos elementos, e a natureza da cidade contemporânea, sobre as quais as novas tecnologias apresentam grande influência.

É importante também ressaltar a idéia de uma “natureza artificializada”, já que tudo e todos os espaços estão potencialmente ao alcance dos humanos através das novas tecnologias.

Isso diz muito a respeito do que Santos (1994: 35) diz em relação ao espaço como um todo. Ele classifica o espaço contemporâneo como um meio técnico-científico-informacional, onde a técnica, ciência e informação estão totalmente incorporadas ao espaço, espalhadas pelo território e artificializando a natureza.

De acordo com estas idéias, como conseqüência do intenso avanço das novas tecnologias, tudo se torna potencialmente parte de um espaço complexo de interações sociais, sem limites ou fronteiras, e dentro do complexo das relações capitalistas de produção, distribuição e consumo.

Portanto, parece claro que novos paradigmas do espaço e da organização territorial geográfica estão surgindo nas mesmas proporções dos novos conceitos de espaço e tempo (os primeiros sendo, na verdade, consequência da formulação dos segundos).

As simultâneas tendências espaciais (paradoxais) de concentração e descentralização revelam a direção dos novos padrões de ocupação do espaço, onde todos os aspectos envolvidos com estes processos estão substituindo velhas noções de um espaço linear, racional e delimitado.

Como um espaço imaginário coletivo possibilitado pelas novas tecnologias, o espaço virtual (a cidade virtual, por exemplo) é feito de transações, comunicações, informações, serviços, sentimentos, interpretações, exclusão, expectativas, cabos, satélites, e bits e bytes, que interagem constantemente com a cidade física tradicional e seus cidadãos.

Formado por tamanha multitude de variáveis (muitas das quais são fragmentadas, contraditórias e divergentes), a cidade virtual, por exemplo é improvável de apresentar uma única e unificada forma, sendo mais um espaço ativo em constante mutação.

Qualquer visão ou conceito sobre o espaço virtual precisa, portanto, levar em consideração sua complexidade e estrutura multifacetada. Este conceito ainda deveria ser relacionado à própria noção de espaço como uma estrutura social complexa e dinâmica.

Neste sentido, as noções de espaço como uma entidade dinâmica e social, nos ajuda a interpretar o fenômeno das cidades virtuais da mesma maneira. Assim, deveríamos entender as cidades virtuais como espaços urbanos em essência, que carregam tanta complexidade, objetos e ações quanto suas contrapartidas tradicionais.

É importante ressaltar que estas novas características não vêm substituir os elementos tradicionais do espaço, mas adicionar novas dimensões de interações físicas e virtuais, e complementar as esferas de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais na sociedade contemporânea.

A compreensão do conceito de espaço para a análise da diluição espaço-sociedade se faz essencial sob a ótica do todo ou do sistema.

Dentro desse conceito, o espaço expressa-se (Santos, 1997: 81) como uma instância da sociedade; e, como tal, interage num conjunto de instâncias (economia, política, cultura) agindo dialeticamente como continente e conteúdo, paradigma e sintagma.

O espaço é muito mais um evento que um elemento físico. Ele define-se segundo uma multiplicidade de conceitos que interagem na e com a forma. É como se forma tivesse corpo e alma.

Ela é resultante e resultado de um conteúdo e é alterada com o movimento social de modo que um conteúdo se encaixa e interage a cada nova forma que por sua vez renova a sua concepção formal.

Isso exemplifica-se na transgressão tipológica que se deu, por exemplo, na cidade de Salvador. Quando ela era tida como Cidade do Comércio, nos sobrados estabeleciam-se moradias e comércio numa ocupação mista.

Com a dinâmica urbana, o centro da cidade passou a adquirir uma especificação como zona de trabalho. Essa passagem da Cidade do Comércio para a Cidade do Trabalho modificou o contexto social na região do centro e os donos dos estabelecimentos comerciais deslocaram-se para outras áreas e passaram a habitar os solares (Santos, 1997: 82).

Os antigos sobrados tornaram-se exclusivamente reservados ao comércio, sugerindo uma nova concepção tipológica e formal dentro e fora dos seus limites físicos. Essa segregação se deu em forma e função e ocasionou um novo conteúdo social.

A interação é a essência do conceito de espaço, é o seu movimento dialético que o define como sistema.

Uma das fontes mais frequentes de dúvida entre os estudiosos sobre o conceito de espaço, está engendrado não apenas na questão principal, isto é, da noção do mesmo, mas em outras surgidas paralelamente como: o que o caracteriza; a abordagem da sociedade através dele; como na teoria e na prática, levar em conta os ingredientes sociais e “naturais” que o compõe para descrevê-

lo, defini-lo e interpretá-lo; como levar em conta a questão da periodização, da difusão de variáveis e o significado das “localizações”.

A resposta é, sem dúvida, árdua, na medida em que o vocábulo “espaço” se presta a uma variedade de acepções.

Para que tal fim seja possível, é necessário que de pronto se considere o espaço como um fator de evolução social, não apenas como uma condição; assim como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica.

Isso significa que, com o instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida.

A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico.

Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atua (Santos, 1984: 36).

Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre o território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento e suas respectivas capacidades de se transformarem e se reconceituarem.

Essa capacidade de transformação e reconceitualização de um espaço justifica a localização como algo dinâmico. Deve-se entender que o conceito de localização e de lugar são distintos.

A localização é uma apreensão categórica ou conceitual de um lugar em meio a uma rede de interferências relacionais. Segundo Santos (1984: 76), “lugar é um objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”.

Isso caracteriza o lugar como estático e a localização como dinâmica.

Roberto Da Matta, em “A Casa & A Rua” (1985), exemplifica esses conceitos segundo as diferenças das noções básicas de endereço ou da localização cronológica entre diferentes grupos sociais.

Este preceito permite, portanto, que um mesmo lugar mude de localização através dos movimentos sociais na história.

A localização seria, portanto, pontos de intercessão das relações e valores sociais ou humanos, dilatando-se a níveis sistêmicos enquanto os lugares definem-se pontualmente por relações físicas.

Essa complexa estrutura do espaço sugere que, para a sua análise, seja utilizado um método que é baseado na apreensão de paradigmas e, num confronto inverso, na decomposição do sintagma.

Essa decomposição resulta no que Santos (1985: 16) chama de elementos. Os elementos do espaço são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Esses elementos são rígidos; eles podem intercambializarem-se e reduzirem-se.

Assim, os homens podem agir como firmas, as firmas como instituições, etc. essa intercambialidade salienta o caráter sistêmico do espaço, seu funcionamento polimórfico é reflexo da polivalência de seus elementos.

Dentro das interações dos elementos, Santos (1985: 76) polemiza o meio ecológico afirmando que este define-se, em parte, como meio técnico ou infra-estrutural e até mesmo a dita “natureza selvagem” ou “cósmica” já foi substituída pela artificial.

Isto porque, a partir do momento que o homem tornou-se “homem social” com a produção social, o raio de ação da sua interferência no espaço extinguiu qualquer suspiro da natureza primeira.

Chegamos, então, à conclusão que os elementos que compõe o espaço são estruturados pelos seus papéis, seus estados, relações e condições e não pela sua representação particular e física.

O exemplo de Kuhn (1962: 45) ilustra com clareza essa definição: “em sistemas que envolvem pessoas não é a pessoa que é um elemento, mas os seus

estados de fome, de desejo, de companheirismo, de informação ou um outro traço de qualidade relevante para o sistema”.

O que reafirma uma outra colocação de Santos (1984: 33) de que o homem mesmo sem participar diretamente da produção (aposentado, desempregados e crianças) caracteriza-se como elemento do espaço já que estruturam o contexto social, o que representa sua condição de elemento.

Isso nos leva a concluir que o elemento está sujeito a transformações no momento em que se desloca no tempo. Isso porque o movimento histórico lhe soma qualidades e quantidades segundo essa ordem, segundo Santos.

Os valores qualitativos são os primeiros que devem ser captados pois são as necessidades sociais que resultam numa expressão quantitativa.

Os elementos são mutáveis no tempo assim como transformam-se com o deslocamento do lugar. Um elemento sob as mesmas condições, em lugares diferentes desenvolve-se de formas diferentes.

Deve-se frisar que na análise do espaço ou da sociedade, não são os elementos na natureza que lhes dá a forma. Para sair do nível do abstrato e compreender o espaço como um sistema e como um todo deve-se compreender os elos entre os elementos ou suas estruturas.

Esses elos ocorrem de várias maneiras e são categorizados de duas formas: “relações simples” e “relações globais”.

As relações simples estruturam-se segundo causa e efeito, são definidas por Harvey (1969: 37) como relações seriais. Nesse tipo de relação os elementos interagem uns nos outros de forma sucessiva e cíclica.

As relações globais são definidas por elementos que influenciam relações pré-existentes, no caso das paralelas, segundo Harvey (1969:58) ou quando a estrutura interna do elemento é quem modifica o próprio elemento, que é mais recente, e chamada por Harvey de feed back.

Devemos compreender essa constituição sistêmica, com as relações ocorrendo simultaneamente e em conjunto estruturando uma enorme teia de relações de elementos que por sua vez desdobram-se em sub-sistemas.

O que complexibiliza mais o espaço já que estes sub-sistemas estão conectados às relações gerais.

Por isso podemos afirmar que o nível de abstração, ao contrário do que parece, é muito maior na análise empírica e pontual daquilo que é fisicamente concreto e que as evidências e a concretização da análise de um fenômeno está na compreensão de um todo ou de um sistema que extravasa os limites físicos e alcança horizontes cósmicos.

A verdade é que, seja qual for à forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos.

Se uma variável atua sobre a outra, sobre um conjunto delas ou, ainda, conhece uma evolução interna, isso se dá com pelo menos dois resultados práticos, que são igualmente elementos constitutivos do método.

Em primeiro lugar, quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade.

Sai-se de uma totalidade para se chegar a outra, que também, se modificará. É por isso que, a partir desse impacto “individual” ou de uma série de impactos “individuais”, o todo termina por agir sobre o conjunto dos elementos formadores, modificando-os.

Isso nos permite dizer que na verdade não há relação direta entre elementos dentro do sistema, exceto de um ponto de vista puramente mecânico ou material.

O valor real, isto é, o significado dessa relação, é somente dado pelo todo. Assim como as relações entre as partes são mediadas pelo todo, assim também o são as relações entre os elementos do espaço.

Desse modo, a noção de causa e efeito, que permite uma simplificação das relações entre elementos, é insuficiente para compreender e valorizar o movimento real.

Pode-se, assim, dizer que cada variável dispõe de duas modalidades de “valor”: um que vem das suas características próprias, caracteres técnicos e

técnico-funcionais e outro que é dado pelos característicos sistêmicos, isto é, pelo fato de que cada elemento ou variável pode ser encarado de um ponto de vista sistêmico (Santos, 1984: 42).

Esses característicos sistêmicos são, em geral, comandados pelo modo de produção e, em particular, pelas condições próprias à atividade correspondente ao lugar.

Ambas essas condições são definidas para cada formação econômico-social, segundo os seus lugares geográficos e seus momentos históricos.

A realidade sócio-cultural, tanto quanto o espaço, resultam da interação entre todas essas estruturas. Pode-se dizer também que as estruturas de elementos homólogos mantêm entre elas laços hierárquicos, enquanto as estruturas de elementos heterogêneos mantêm laços relacionais.

A totalidade sócio-cultural é formada da união desses dados contraditórios, da mesma maneira que o espaço total.

As estruturas e os sistemas espaciais, da mesma forma que todas as demais estruturas e sistemas, evoluem segundo três princípios: 1) o princípio da ação externa, responsável pela evolução exógena do sistema; 2) o intercâmbio entre subsistemas (ou subestruturas), que permite falar de uma evolução interna do todo, uma evolução endógena, e 3) uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente, evolução que é igualmente interna e endógena.

Haveria, assim, um tipo de evolução por ação externa e dois outros por ação interna ao sistema, sendo que o último deles dever-se-ia ao movimento íntimo, próprio de cada parte do sistema.

Que, todavia, não se perca de vista o fato de que a ação externa somente se exerce através dos dados internos. Nesse caso, ao mudarem as características próprias a cada elemento, o seu intercâmbio ou a sua forma de recepção ou reação a esforços externos já não é mais a mesma.

A ação externa ou exógena é apenas um detonador, um vetor que traz para dentro do sistema um novo impulso, mas que por si só não tem as condições para valorizar esse impulso.

O mesmo impulso externo tem uma repercussão diferente segundo o sistema em que se encaixou. Por exemplo, uma certa quantidade de crédito atribuído a uma atividade econômica em todo um país não vai ter as mesmas repercussões em todos os lugares; o aumento ou diminuição do preço unitário de um bem também não repercute da mesma maneira em toda parte.

O mesmo se pode dizer da abertura de uma estrada ou de sua promoção a um nível superior. As diferenças de resultado aqui sugeridas são dadas pelas condições locais próprias, que agem como um modificador do impacto externo.

Nesse sentido podemos repetir a opinião de Harvey (1969: 63), para quem “todo sistema e toda estrutura devem ser descritos como realidades ‘mistas’ e contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente, isto é, de tal modo que sua contradição não exclua a sua unidade”.

Essa forma de ver o sistema ou a estrutura espacial, a partir da qual os elementos são considerados como estruturas, leva também a admitir que cada lugar não é mais do que uma fração do espaço total.

Viu-se assim, que o vetor externo só ganha um valor específico como consequência das condições do seu impacto, mas também sabemos que o chamado movimento interno das estruturas ou as relações entre elas não são independentes de leis mais gerais.

É por essa razão que cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento.

Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações “atuais” de uma dada sociedade e, através dos seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total (Santos, 1984: 78).

O movimento que estamos tentando explicar nos leva a admitir que o espaço total que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o Abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo.

Quando nos referimos, por exemplo, àquela casa ou àquele edifício, àquele loteamento, àquele bairro, são todos dados concretos – concretos por sua existência – mas, na verdade, todos são abstrações, se não buscarmos compreender o seu valor atual em função das condições atuais da sociedade.

Casa, edifício, loteamento, bairro, estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam mudança que não é homogênea para todos e cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta.

Assim também é com os homens, as firmas, as instituições.

A noção de estrutura aplicada ao estudo do espaço tem essa outra vantagem. Através da noção de sistema, analisamos os elementos, seus predicados e as relações entre tais elementos e tais predicados.

Quando a preocupação é com as estruturas, sabemos que se essa noção de predicado é aliada a cada elemento (aqui subestrutura), sabemos, antes, que sua real definição depende sempre de uma estrutura mais ampla, na qual aquela se insere.

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço aqui citados é um dado fundamental para a análise proposta.

Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo.

Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.

Falando do que antigamente se chamava região urbana, Haggett (1965: 22) disse que em Geografia Humana a região nodal sugere um conjunto de objetos (cidades, aldeias, fazendas, etc.) relacionados através de movimentos circulatórios (dinheiro, mercadorias, migrantes, etc.) e a energia que lhes vem através das necessidades biológicas e sociais da comunidade.

Ora, essas necessidades são todas satisfeitas através do ato de produzir. É dessa maneira que se definem as formas de produzir e paralelamente as de

consumir, as normas respectivas à divisão da sociedade em classes e a rede de relações que se preside.

È também assim que se definem os investimentos a serem feitos. Tais investimentos, cuja tendência é dar-se cada vez mais, em forma de capital fixo, modificam o meio ecológico através de sistemas de engenharia que se superpondo uns aos outros, total ou parcialmente, vão modificando o próprio meio ecológico, adaptado às condições emergentes da produção.

Dessa forma, se opera uma evolução concomitante do homem e do que se poderia chamar de “natureza”, através da intermediação das instituições e das firmas.

Caberia, aliás, aqui, perguntar se é válida a distinção entre o meio ecológico e as infra-estruturas como elementos do espaço. Na medida em que as infra-estruturas se somam e colam ao meio ecológico, e se tornam na verdade uma parte inseparável dele, não seria uma violência considerá-los como elementos distintos?

Ademais, a cada momento da evolução da sociedade, o homem encontra um meio de trabalho já construído sobre o qual ele opera e a distinção entre o que se chamaria de natural e não natural se torna artificial.

A expressão meio ecológico não tem a mesma significação dada à natureza selvagem ou natureza cósmica, como às vezes se tende a admitir.

O meio ecológico já é meio modificado e cada vez mais é meio técnico. Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” já é natureza segunda.

A natureza primeira, como sinônimo de “natureza natural” só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção sócio-cultural.

A partir desse momento, tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformado.

Esse processo de transformação, contínuo e progressivo, constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais.

E na medida em que o trabalho humano tem como base a ciência e a técnica, tornou-se por isso mesmo a historicização da tecnologia.

Conceituando assim o espaço em sua natureza social e cultural, passamos a seguir a conceituá-lo em um outro campo, não menos complexo que este, mas bastante similar, no que se refere a uma reflexão teórica: o campo fílmico.